



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

08/01/2011



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CURSOS.....	1
1.2. INSTITUCIONAL.....	2 - 3
1.3. JULGAMENTOS.....	4
1.4. PRISÃO.....	5
1.5. TELEJUDICIÁRIO.....	6
2. JORNAL AQUI	
2.1. JULGAMENTOS.....	7
2.2. PRISÃO.....	8 - 9
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. JULGAMENTOS.....	10
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. JULGAMENTOS.....	11
4.2. TELEJUDICIÁRIO.....	12
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. COMARCAS.....	13 - 14
5.2. INSTITUCIONAL.....	15 - 17
5.3. JULGAMENTOS.....	18
5.4. TELEJUDICIÁRIO.....	19
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. INSTITUCIONAL.....	20
6.2. JULGAMENTOS.....	21 - 22
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. PRISÃO.....	23 - 25
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. COMARCAS.....	26
8.2. INSTITUCIONAL.....	27
8.3. JULGAMENTOS.....	28
8.4. TELEJUDICIÁRIO.....	29
9. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
9.1. JULGAMENTOS.....	30

A QUEM INTERESSAR POSSA informamos que já estão abertas as inscrições do curso de férias “Estética e Hermenêutica em Gadamer”, que será promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) a partir do dia 17 deste mês, das 17h às 19 horas, em sua sede, no Renascença...

Desembargador Lourival Serejo responde pelo plantão do TJMA



Desembargador Lourival Serejo responde pelo plantão do TJMA

O desembargador Lourival Serejo responde pelo plantão Judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão até o dia 9 de janeiro.

Desde a segunda-feira (3), o plantonista era o desembargador Guerreiro Júnior, corregedor-geral de Justiça. De acordo com levantamento, Guerreiro Júnior despachou 77 processos. Desde o início do plantão, em 20 de dezembro, o TJMA recebeu 311 pedidos urgentes, dentre habeas corpus, mandados de segurança, agravos, petições, entre outros.

De 20 a 26 de dezembro, a vice-presidente do TJ, desembargadora Cleonice Freire, respondeu pelo plantão e pela presidência do Tribunal e apreciou 141 processos. No período de 27 de

dezembro a 02 de janeiro de 2011, o presidente Jamil Gedeon foi o plantonista e despachou 93 processos, entre eles, 53 habeas corpus.

A escala de plantão no período de recesso foi estabelecida pela Portaria nº. 11/2010. De acordo com a Portaria, ela poderá ser modificada, a critério do plantonista, desde que informada à Diretoria Judiciária com antecedência mínima de 48 horas.

De acordo com o Regimento Interno do TJMA e Resolução 54/2010, estão suspensos os prazos processuais até o dia 20 de janeiro de 2011. Os expedientes devem ser cadastrados normalmente para publicação neste período, sendo que a contagem do prazo iniciará no dia 21 de janeiro de 2011.

DPE garante na Justiça uso obrigatório da faixa de pedestres em São Luís

Em decorrência de ação proposta pela Defensoria Pública do Estado (DPE), o Município de São Luís foi condenado a aplicar medidas coercitivas e fiscalizatórias para a adequada utilização das faixas de pedestres existentes na capital. O juiz Jaime Ferreira de Araújo, da 1ª Vara de Fazenda Pública, julgou procedente, em caráter liminar, o pedido formulado pelo defensor público Ricardo Luís Teixeira de Almeida, em ação que tramita na Justiça desde 2007.

Teixeira justificou a iniciativa, lembrando que em outras cidades onde as autoridades já adotaram e fazem cumprir a obrigatoriedade do uso da faixa de pedestre, houve uma redução nos índices de mor-

te violenta no trânsito. Segundo o defensor, a população tem enfrentado dificuldades para realizar uma simples travessia nas vias de São Luís, em razão da ausência de fiscalização.

Dados estatísticos do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) apontam que mais de 11 mil pedestres são vítimas de acidentes de trânsito por ano. Os mais vulneráveis são crianças, idosos e pessoas com deficiência, já que enquanto as crianças têm menor percepção de perigo, idosos e pessoas com deficiência apresentam normalmente menor mobilidade e agilidade, deficiência auditiva ou visual, além da redução dos reflexos.

Homem confessa, na delegacia, que matou motorista de ônibus

Wesley Dutra Moraes foi preso no bairro da Estiva, zona rural da capital maranhense. Em depoimento na delegacia de Homicídios, Wesley confessou a autoria do assassinato do motorista Ronielson Lima Pinheiro, "Roni", 28 anos, no dia 14 de setembro de 2010.

Wesley é sobrinho de Irismar Pereira, conhecido por "Jefferson" ou "Uroca", acusado de ser o mandante do crime. A dupla teve a prisão preventiva decretada pelo juiz Ronaldo Maciel, da 2ª Vara Criminal.

Ele afirmou que o tio é pistoleiro e garantiu que o mesmo já matou 16 pessoas e citou o nome de um policial do "Choque", identificado como Gilberto. Segundo Wesley, o militar trocava armas com o seu tio por droga. O acusado afirmou que matou "Roni" devido ao relacionamento amoroso do motorista com a ex-mulher do tio.

Em entrevista ao repórter Domingos Ribeiro, da rádio Mirante AM, Wesley negou o envolvimento na morte do motorista. Embora com algumas contradições em seu depoimento e o receio de confessar publicamente, o delegado Paulo Márcio, da Homi-

cídios, disse estar convicto que Wesley foi o autor dos disparos contra o motorista. Segundo ele, todos indícios apontam para o acusado, pois Wesley foi reconhecido por Gilcilene, a mulher que estava na companhia de Ronielson na noite do homicídio. O delegado informou ainda que Wesley seria recompensado pelo Irismar com a importância de R\$ 5 mil.

Sobre a possibilidade do envolvimento do policial militar, o delegado Paulo Márcio garantiu que a denúncia já está sendo investigada pela Comando da Polícia Militar.

Paulo Márcio disse que o inquérito está concluído e será encaminhado ao Ministério Público, para a Promotoria da Vara Criminal.

Ronielson, que trabalhava na empresa Taguat, foi assassinado com três tiros, no ponto final da linha que atende o residencial Paraíso.

O motorista estava acompanhado por Gilcilene quando foi abordado por um homem que estaria em um automóvel de cor preta. O motorista foi alvejado com três tiros na cabeça. Ele foi conduzido para um hospital da cidade, mas acabou morrendo.

Telejudiciário do Maranhão recebeu quase 40 mil ligações em 2010

A procura pelos serviços do Telejudiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), em 2010, chegou perto de 40 mil consultas, ultrapassando os números de 2009 em mais de 10 mil ligações. A expectativa é que a busca por informações aumente ainda mais este ano, diante das melhorias na estrutura física do setor e do número de solicitações já realizadas nos primeiros dias de 2011.

No total, o serviço contabilizou 39.737 consultas no ano passado. Este ano, no período de 3 a 6, foram registradas 457 consultas referentes a processos de 1º e 2º graus, juizados especiais e orientações sobre ações cíveis e criminais, além de endereços e telefones de órgãos, entre outros serviços.

De acordo com o chefe da Divisão do Telejudici-

ário, Fábio Martins, o investimento feito pela atual gestão do TJMA, como a aquisição de novos equipamentos e móveis para o setor - além da ampliação do atendimento aos servidores, que passaram a consultar processos administrativos, férias, restituições e folha de pagamento, por exemplo - também contribuíram para o aumento da demanda.

“Além das melhorias na infraestrutura, trabalhamos, ainda, no sentido de ampliar o atendimento do Telejudiciário, com a criação de novos canais de comunicação” afirmou Fábio Martins.

Funcionamento- Os contatos podem ser feitos por meio do telefone 0800 707 1581 e do e-mail telejudiciario@tjma.jus.br, que funcionam com o apoio de 16 atendentes em horários alternados, das 8h às 18h.

Entre os serviços mais procurados estão a localização das salas, setores, fóruns e comarcas do TJMA, seguido dos endereços e telefones.

As informações referentes a denúncias e reclamações sobre os serviços forenses são encaminhadas à Ouvidoria do TJ-MA, por meio dos formulários preenchidos pelas atendentes com dados do solicitante e a demanda apresentada.

Instalado em novembro de 1997, o Telejudiciário do TJ-MA completou 13 anos de serviço em 2010. O órgão é um dos três existentes na Região Nordeste, ao lado do Ceará e da Paraíba. Nos outros Estados nordestinos apenas as ouvidorias funcionam como canal de comunicação com a sociedade. As informações são do Tribunal de Justiça do Maranhão.

▶ TRÂNSITO

DIREITO DE TRAVESSIA



Justiça determina que prefeitura aumente a fiscalização do uso obrigatório das faixas de pedestres

Em decorrência de ação proposta pela Defensoria Pública do Estado (DPE), o município de São Luís foi condenado a aplicar medidas coercitivas e fiscalizatórias para a adequada utilização das faixas de pedestres existentes na capital. O juiz Jaime Ferreira de Araújo, da 1ª Vara de Fazenda Pública, julgou procedente, em caráter liminar, o pedido formulado pelo defensor público Ricardo Luís Teixeira de Almeida, em ação que tramita na Justiça desde 2007.

Teixeira justificou a iniciativa, lembrando que em outras cidades onde as autoridades já adotaram e fazem cumprir a obrigatoriedade do uso da faixa de pedestre, houve uma redução nos índi-

ces de morte violenta no trânsito. Segundo o defensor, a população tem enfrentado dificuldades para realizar uma simples travessia nas vias de São Luís, em razão da ausência de fiscalização.

Dados estatísticos do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) apontam que mais de 11 mil pedestres são vítimas de acidentes de trânsito por ano. Os mais vulneráveis são crianças, idosos e pessoas com deficiência, já que enquanto as crianças têm menor percepção de perigo, idosos e pessoas com deficiência apresentam normalmente menor mobilidade e agilidade, deficiência auditiva ou visual, além da redução dos reflexos.

▶ COMPLICOU



Arma usada para matar motorista da Taguatur foi emprestada por um PM, diz acusado

"JAMECA", ACUSADO DE ASSASSINAR O MOTORISTA, FOI PRESO NA CASA DA MÃE, NO BAIRRO DA ESTIVA

POLICIAL OU BANDIDO?

Wesley Dutra Moraes, de 19 anos, o "Jameca", confessou em depoimento, ao delegado da Homicídios, Paulo Márcio Tavares da Silva, que a arma (um revólver calibre 38) utilizado para matar o motorista de ônibus da empresa Taguatur, Ronielson Lima Pinheiro, de 28 anos, em 14 de setembro do ano passado, foi fornecida por um policial militar, identificado apenas por Gilberto. Jameca colaborou com as investigações e ainda citou os nomes de outros envolvidos no crime, que estão sendo mantidos em segredo para não atrapalhar as investigações.

Jameca foi preso na tarde de quinta, por volta das 13h, na residência da mãe, no

bairro da Estiva, onde já teria montado uma barraca nos fundos da casa para se esconder. Quando a polícia chegou, ele não ofereceu resistência. A prisão foi em cumprimento ao mandado de prisão preventiva, expedido por Luiz da 2ª Vara Criminal.

De acordo com o delegado, Jameca era conhecido por traficar crack e merla na Vila Embratel. O jovem revelou que o policial costumava empenhar a arma em troca de drogas. "Jameca sempre via o policial, na casa do tio alugando a arma em troca de drogas. O fato foi comunicado ao coronel Jeferson Teles e a PM fará investigação", disse o delegado.

DPE garante na Justiça uso obrigatório da faixa de pedestres em São Luís

Em decorrência de ação proposta pela Defensoria Pública do Estado (DPE), o Município de São Luís foi condenado a aplicar medidas coercitivas e fiscalizatórias para a adequada utilização das faixas de pedestres existentes na capital. O juiz Jaime Ferreira de Araújo, da 1ª Vara de Fazenda Pública, julgou procedente, em caráter liminar, o pedido formulado pelo defensor público Ricardo Luís Teixeira de Almeida, em ação que tramita na Justiça desde 2007.

Teixeira justificou a iniciativa, lembrando que em outras cidades onde as autoridades já adotaram e fazem cumprir a obrigatoriedade do uso da faixa de pedestre, houve uma redução nos índices de morte violenta no trânsito. Segundo o defensor, a população tem enfrentado dificuldades para realizar uma simples travessia nas vias de São Luís, em razão da ausência de fiscalização.

Dados estatísticos do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) apontam que mais de 11 mil pedestres são vítimas de acidentes de trânsito por ano. Os mais vulneráveis são crianças, idosos e pessoas com deficiência, já que enquanto as crianças têm menor percepção de perigo, idosos e pessoas com deficiência apresentam normalmente menor mobilidade e agilidade, deficiência auditiva ou visual, além da redução dos reflexos.

O pedido formulado pela Defensoria incluía, ainda, a determinação de que fossem promovidas medidas educativas para o trânsito, mas a Justiça entendeu que estas já estavam sendo realizadas pela Prefeitura. O Ministério Público, no entanto, apelou dessa parte da sentença, por concordar que a Defensoria Pública tem razão ao pedir que sejam ampliadas as ações de educação no trânsito em São Luís.

PEDESTRES

Prefeitura de São Luís está obrigada a adequar faixas

Em virtude da condenação em ação proposta pela Defensoria Pública do Estado (DPE), o Município de São Luís está obrigado a aplicar medidas coercitivas e fiscalizatórias para a adequada utilização das faixas de pedestres existentes na capital. O juiz Jaime Ferreira de Araújo, da 1ª Vara de Fazenda Pública, julgou procedente, em caráter liminar, o pedido formulado pelo defensor público Ricardo Luís Teixeira de Almeida, em ação que tramita na Justiça desde 2007.

Teixeira justificou a iniciativa, lembrando que em outras cidades onde as autoridades já adotaram e fazem cumprir a obrigatoriedade do uso da faixa de pedestre, houve uma redução nos índices de morte violenta no trânsito. Segundo o defensor, a população tem enfrentado dificuldades para realizar uma simples travessia nas vias de São Luís, em razão da ausência de fiscalização.

Dados estatísticos do De-

partamento Nacional de Trânsito (Denatran) apontam que mais de 11 mil pedestres são vítimas de acidentes de trânsito por ano. Os mais vulneráveis são crianças, idosos e pessoas com deficiência, já que enquanto as crianças têm menor percepção de perigo, idosos e pessoas com deficiência apresentam normalmente menor mobilidade e agilidade, deficiência auditiva ou visual, além da redução dos reflexos.

O pedido formulado pela Defensoria incluía, ainda, a determinação de que fossem promovidas medidas educativas para o trânsito, mas a Justiça entendeu que estas já estavam sendo realizadas pela Prefeitura. O Ministério Público, no entanto, apelou dessa parte da sentença, por concordar que a Defensoria Pública tem razão ao pedir que sejam ampliadas as ações de educação no trânsito em São Luís. O recurso interposto pelo MP ainda não foi julgado.

JUSTIÇA

Telejudiciário recebe cerca de 40 mil consultas

A procura pelos serviços do Telejudiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em 2010 chegou perto de 40 mil consultas, ultrapassando 2009 em mais de 10 mil ligações. A expectativa é que a busca por informações aumente ainda mais este ano, diante das melhorias na estrutura física do setor e do número de solicitações já realizadas nos primeiros dias de 2011.

No total, o serviço contabilizou 39.737 consultas no ano passado. Este ano, no período de 3 a 6, foram registradas 457 consultas referentes a processos de 1º e 2º graus, juizados especiais e orientações sobre ações cíveis e criminais, além de endereços e telefones de órgãos, entre outros serviços.

De acordo com o chefe da Divisão do Telejudiciário, Fábio Martins, o investimento feito pela atual gestão do TJMA,

como a aquisição de novos equipamentos e móveis para o setor - além da ampliação do atendimento aos servidores, que passaram a consultar processos administrativos, férias, restituições e folha de pagamento, por exemplo - também contribuíram para o aumento da demanda.

"Além das melhorias na infraestrutura, trabalhamos, ainda, no sentido de ampliar o atendimento do Telejudiciário, com a criação de novos canais de comunicação" afirmou Fábio Martins.

Funcionamento - Os contatos podem ser feitos por meio do telefone 0800 707 1581 e do e-mail telejudiciario@tjma.jus.br, que funcionam com o apoio de 16 atendentes em horários alternados, das 8h às 18h. Entre os serviços mais procurados estão à localização das salas, setores, fóruns e comarcas do TJMA, seguido dos endereços e telefones.

Fórum de São Mateus em estado precário e insalubre

Prédio já foi assaltado quatro vezes e pode ser alvo de nova ação de marginais a qualquer momento, pois no fórum são guardadas armas e não há vigilância; servidores e o Sindjus farão protesto dia 13

SÃO MATEUS - Entre paredes rachadas, problemas de infiltração e a ameaça de queda do teto, servidores do Fórum da Comarca de São Mateus, a 180 km de São Luís, receberam a diretoria do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus) na manhã de quinta-feira (6).

O motivo do encontro foi averiguar e constatar denúncias feitas por funcionários do Fórum que reclamam que há mais de 15 anos não são realizados reparos nos telhados. Além disso, a instalação elétrica é muito antiga e não suporta os aparelhos de ar-condicionado, podendo dar curto-circuito.

Os servidores se mobilizam diante da falta da mínima condição de trabalho. A linha telefônica da secretaria está cortada há mais de três meses e os funcionários estão incomunicáveis. Apenas o telefone do gabinete do juiz funciona. Não tem fax, scanner e nem xerox. As intimações, por isso, são digitadas e impressas, mas sem os anexos.

O prédio já foi assaltado quatro vezes e pode ser alvo de nova ação de marginais a qualquer momento, pois no fórum são guardadas armas e não há vigilância de forma alguma que garanta a segurança do magistrado e dos servidores que trabalham na Comarca.

Os advogados, se quiserem,

têm de providenciar as cópias dos anexos para serem juntados às intimações para cumprimento dos mandados judiciais pelos oficiais de Justiça. Um novo prédio, alugado pelo Tribunal de Justiça (TJ), passaria por uma reforma de adaptação no mês de dezembro de 2010, mas até agora nada foi iniciado.

Inspeção - O presidente do Sindjus, Aníbal Lins, acompanhado dos diretores Márcio Souza e Sérgio Cavalcanti, e do técnico judiciário da Comarca de Bacabal José William Ferreira, ressaltou a importância da visita e o papel do sindicato diante das denúncias.

Os riscos à saúde são eminentes; a salubridade do local é precária: processos estão infestados de cupins e fungos, a caixa d'água ameaça desabar porque foi construída sobre uma estrutura de madeira, que está totalmente corroída por cupins e o banheiro, sem água, é usado por todos (presos, servidores, e pelos usuários do prédio do Tribunal Regional Eleitoral que fica ao lado).

O Sindjus realizará quinta-feira (13), em São Mateus, um ato de protesto para denunciar publicamente a situação de abandono e condições insalubres de trabalho dos servidores do Fórum de São Mateus. Várias entidades da sociedade civil estão sendo mobilizadas para participar, como a Ordem dos Advogados do

Brasil (AB-MA), outros sindicatos, representantes da imprensa local e nacional, da magistratura e do Ministério Público.



Fossa tem problemas e escorre a céu aberto, causando mau cheiro



Armários com processos estão em ambiente úmido e com cupins

VEÍCULOS

fotografia@mirante.com.br

Divulgação



IMPERATRIZ - O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), desembargador Jamil Gedeon, entrega ao diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, as chaves de dois automóveis novos para utilização na Comarca. Os veículos - van e caminhonete - vão substituir dois antigos carros que estavam em uso naquela Comarca, que já apresentam problemas de manutenção e prejudicam o andamento dos trabalhos forenses. Adolfo Pires Neto lembrou a entrega dos serviços de reforma do Fórum Ministro Henrique de La Roque, em 26 de novembro. O TJ investiu R\$ 1 milhão em revisão hidráulica e elétrica, troca de tubulação, fiação louças, metais, entre outros.

Decano da advocacia comemora 80 anos

O advogado Kleber Moreira (foto), decano da seccional do Maranhão da OAB, completa hoje 80 anos. Com 55 de profissão, ele relata sua carreira e faz planos para diminuir o ritmo de trabalho. **Geral 6**

Biné Moraes



Advogado Kleber Moreira comemora hoje 80 anos

Com 55 anos de exercício da profissão e decano da seccional maranhense de Ordem dos Advogados do Brasil, o maranhense de Penalva relata um pouco da sua história e da dedicação que tem pela advocacia, atividade exercida até os dias atuais

Itevaldo Junior
Repórter especial

Decano da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA) no estado, o advogado Kleber Moreira celebra hoje 80 anos. Após 55 anos de advocacia, ele faz agora planos para reduzir a intensa atividade profissional.

Há exatos 67 anos, Kleber Moreira deixava a infância nas interioranas cidades de Penalva (onde nasceu) e Arari (onde viveu até os 13 anos) para construir um das mais interessantes e bem-sucedidas carreiras na advocacia.

O que está posto acima é a herança que Kleber Moreira recebeu do pai José Moreira, funcionário dos Correios e Telégrafos. Primogênito dos seis filhos do casal José Moreira e Maria José Muniz Moreira, o decano da advocacia maranhense perdeu a mãe quando tinha três anos.

Criado pela avó materna, D. Isa, e sob o olhar atento do pai, Kleber Moreira chegou a São Luís em janeiro de 1944. Completara 13 anos durante a viagem na lancha "Estrela Branca", que levava quatro dias de viagem.

Ao embarcar rumo a São Luís, deixara para trás as profissões de carpinteiro, barbeiro e alfaiate-ofício em que atuou como aprendiz na oficina de um parente - para estudar como interno no colégio Ateneu Teixeira Mendes.

"A minha vocação era ser carpinteiro. Pensei em ser barbeiro. Mas acabei aprendendo a pregar botões e coser casas numa alfaiataria de um parente nosso. Meu pai decidiu que tínhamos é que estudar", contou Moreira.

Do colégio Ateneu Teixeira Mendes, onde conclui o ginásio e teve como professor Solano Rodrigues, Kleber Moreira foi cursar o científico no Liceu Maranhense. Nessa época, imaginou ser aviador e em seguida diplomata. Na ocasião, seu pai passou a morar em São Luís.

"Era a 2ª Guerra Mundial e eu queria ser aviador. Com o fim da guerra, entram em cena os diplomatas. Eram eles que davam as cartas, pensei em ser diplomata. Desisti, acreditava que eu não teria condições", disse o advogado.

No início dos anos 50, em São Luís havia as faculdades de Direito, de Odontologia e de Farmácia. Aluno mediano de Matemática, Física e Química, Kleber Moreira optou por Direito para fugir das disciplinas indigestas.

Kleber Moreira ingressou na faculdade em 1951 e se formou em 1955. "A minha turma foi a mais bem-sucedida do curso de Direito até hoje", orgulha-se Moreira. Desde então, Kleber Moreira se dedicaria exclusivamente a carreira. Recebeu propostas para montar o escritório em outras capitais, mas recusou.

Kleber Moreira começou a trabalhar na advocacia antes mesmo de concluir o curso. Atuou como solicitador. "Eram raras as comarcas que possuíam advogados. A partir do terceiro ano era permitida a inscrição na ordem como solicitador. Então, eu trabalhei como solicitador", revelou o advogado.

Moreira advogou para vereadores e prefeitos; deputados estaduais e federais, senadores e governadores, porém jamais ocupou um cargo público. Ele foi advogado dos ex-governadores José Sarney - senador e presidente do Senado - e de João Castelo, atual prefeito de São Luís.

Kleber Moreira recorda que quando foi cassado o desembargador Tácito Caldas a vaga foi ofertada a ele, mas o advogado recusou. Por duas vezes, ele figurou na lista da OAB para as vagas de desembargador no Tribunal de Justiça (TJ-MA).

Numa das vezes ele perdeu para o desembargador Jorge Rachid, na outra foi escolhido Milson Coutinho. Ambos foram presidentes do TJ-MA. "Tanto o Jorge Rachid quanto o Milson Coutinho foram mercedores das vagas",

ressaltou Moreira.

Atuando a mais de 40 anos como conselheiro da OAB-MA, Moreira comemora é com uma foto sua na galeria de advogados eméritos do Conselho Federal da OAB. Moreira foi o primeiro presidente do Conselho de Ética da ordem, mas também não aceitou presidir-la.

"Presidir a OAB exige muita dedicação e um nível de organização administrativa que eu não tenho. Nunca pretendi ser presidente da OAB", revelou o decano da advocacia maranhense.

Projetos - Aos 80 anos, Kleber Moreira faz planos para diminuir à ainda intensa atividade advocatícia. O trabalho inicia às 7h ainda em casa. Lá, escreve e estuda os processos sob sua responsabilidade.

No meio da manhã, segue para o escritório como todo o trabalho já pronto. O dia encerra às 19h quando deixa a sede do escritório, no bairro Renascença. Com ele, trabalham um filho e um neto. "Trabalhar me faz muito bem. O escritório já chegou à terceira geração. Vou diminuir o ritmo para brincar com os netos e viajar com a minha esposa", planeja.

Um dos sócios do escritório, o advogado Bruno Dualibe afirma: "É motivo de indisfarçável orgulho ser sócio do dr. Kleber Moreira. Porque é um advogado que consegue conciliar a um só tempo, tanto a ética quanto a infinita sabedoria. Ele merece completar oito décadas de vida na forma que se encontra, isto é, gozando da mais perfeita saúde física e mental. Desejo toda felicidade para ele nesse dia".

Jornalismo - Ainda estudante da Faculdade de Direito, Kleber Moreira trabalhou como repórter do jornal O Dia - que precedeu O Estado do Maranhão. Chegou em 1953 e deixou a redação em 1958, já depois de ser advogado.

Ele chegou ao jornal a convite de Amaral Raposo. Antes vence-

ra por duas vezes um concurso de reportagem realizado pelo jornal Pacotilha/O Globo. "Os dois concursos me fizeram acreditar que era um jornalista. Estava convencido disso", contou Moreira.

No jornal O Dia, Kleber Moreira cobriu como repórter as atividades da Câmara de São Luís e da Assembleia Legislativa.

Como advogado, Kleber Moreira tem no escritório as contas das principais empresas do estado. Foi atuando na advocacia empresarial que Moreira trabalhou como advogado da Alumar na implantação da empresa no estado, juntamente com o advogado Eli Lopes Meireles.

Kleber Moreira também atuou no processo de fechamento da fábrica de tecidos Camboa, no início dos anos 60 do século passado. A derrocada da fábrica foi o marco do declínio das indústrias têxteis em São Luís.

"A fábrica era do Grupo Francisco Aguiar. Foi a primeira a fechar. Cerca de mil operários foram desempregados. São Luís nessa época tinha 150 mil habitantes. Foi muito difícil, muito doloroso", contou Moreira.

Moreira também advogou para o empresário italiano Silvio Curzi, dono da Curzi, que foi uma das primeiras empresas a trabalharem na construção do Porto do Itaqui.

“

Estude
permanentemente. Seja
ético sempre. Seja diligente,
que terá um bom conceito.
É isso que ensino para os
advogados que trabalham
comigo. O advogado que
não é ético engana um,
dois, mas não engana a
todos”

Kleber Moreira,
advogado



Kleber Moreira revelou detalhes da sua carreira na advocacia e no jornalismo em seus 80 anos de vida

Mantida a liminar contra operação de termoeletrica

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, negou pedido do município de São Luís e manteve a liminar que proíbe a entrada em operação da usina termoeletrica TermoMaranhão.

A disputa começou há três anos, quando o Ministério Público estadual alegou inconstitucionalidade do decreto municipal que admite a instalação da termoeletrica no Distrito Industrial de São Luís. O presidente do STJ ressaltou que a matéria não pode ser analisada em um recurso especial.

Na liminar, a Justiça maranhense não determinou a paralisação da obra e sim que a TermoMaranhão só entraria em operação quando fosse regularizada a situação fundiária do imóvel. Os responsáveis pelo empreendimento terão 180 dias para refazer o processo administrativo que deu origem ao decreto municipal.

Rápidas

Telejudiciário I

A procura pelos serviços do Telejudiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) em 2010 chegou perto de 40 mil consultas, ultrapassando 2009 em mais de 10 mil ligações. A expectativa é que a busca por informações aumente ainda mais este ano, diante das melhorias na estrutura física do setor e do número de solicitações já realizadas nos primeiros dias de 2011. No total, o serviço contabilizou 39.737 consultas no ano passado. Este ano, do dia 3 a ao dia 6, foram registradas 457 consultas referentes a processos de 1º e 2º graus, juizados especiais e orientações sobre ações cíveis e criminais.

Telejudiciário II

De acordo com o chefe da Divisão do Telejudiciário, Fábio Martins, o investimento feito pela atual gestão do TJ, como a aquisição de novos equipamentos e móveis para o setor - além da ampliação do atendimento aos servidores, que passaram a consultar processos administrativos, férias, restituições e folha de pagamento, por exemplo - também contribuíram para o aumento da demanda. "Além das melhorias na infra-estrutura, trabalhamos, ainda, no sentido de ampliar o atendimento do Telejudiciário, com a criação de novos canais de comunicação", afirmou Fábio Martins.

Desembargador Lourival Serejo no plantão do TJ

O desembargador Lourival Serejo, a partir de ontem (7), responde pelo plantão Judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão até o dia 9 de janeiro.

Desde a segunda-feira (3), o plantonista era o desembargador Guerreiro Júnior, corregedor-geral de Justiça. De acordo com levantamento, Guerreiro Júnior despachou 77 processos. Desde o início do plantão, em 20 de dezembro, o TJMA recebeu 311 pedidos urgentes, dentre habeas corpus, mandados de segurança, agravos, petições, entre outros.

De 20 a 26 de dezembro, a vice-presidente do TJ, desembargadora Cleonice Freire, respondeu pelo plantão e pela presidência do Tribunal e apreciou 141 processos. No período de 27 de dezembro a

02 de janeiro de 2011, o presidente Jamil Gedeon foi o plantonista e despachou 93 processos, entre eles, 53 habeas corpus.

A escala de plantão no período de recesso foi estabelecida pela Portaria nº. 11/2010. De acordo com a Portaria, ela poderá ser modificada, a critério do plantonista, desde que informada à Diretoria Judiciária com antecedência mínima de 48 horas.

De acordo com o Regimento Interno do TJMA e Resolução 54/2010, estão suspensos os prazos processuais até o dia 20 de janeiro de 2011. Os expedientes devem ser cadastrados normalmente para publicação neste período, sendo que a contagem do prazo iniciará no dia 21 de janeiro de 2011.

JUSTIÇA TORNA OBRIGATÓRIO USO DA FAIXA DE PEDESTRES

A população tem enfrentado dificuldades para realizar uma simples travessia nas vias da capital



Em decorrência de ação proposta pela Defensoria Pública do Estado (DPE), o Município de São Luís foi condenado a aplicar medidas coercitivas e fiscalizatórias para a adequada utilização das faixas de pedestres existentes na capital. (Página 05)

Mais de 11 mil pedestres são vítimas de acidentes de trânsito por ano

Garantido na Justiça uso obrigatório da faixa de pedestres em São Luís

A população tem enfrentado dificuldades para realizar uma simples travessia nas vias de São Luís, em razão da ausência de fiscalização

Em decorrência de ação proposta pela Defensoria Pública do Estado (DPE), o Município de São Luís foi condenado a aplicar medidas coercitivas e fiscalizatórias para a adequada utilização das faixas de pedestres existentes na capital. O juiz Jaime Ferreira de Araújo, da 1ª Vara de Fazenda Pública, julgou procedente, em caráter liminar, o pedido formulado pelo defensor público Ricardo Luís Teixeira de Almeida, em ação que tramita na Justiça desde 2007.

Teixeira justificou a iniciativa, lembrando que em outras cidades onde as autoridades já adotaram e fazem cumprir a obrigatoriedade do uso da faixa de pedestre, houve uma redução nos índices de morte violenta no trânsito. Segundo o defensor, a população tem enfrentado dificuldades para realizar uma simples travessia nas vias de São Luís, em razão da ausência de fiscalização.

Dados estatísticos do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) apontam que mais de 11 mil pedestres são vítimas de acidentes de trânsito por ano.

Os mais vulneráveis são crianças, idosos e pessoas com deficiência, já que enquanto as crianças têm menor percepção de perigo, idosos e pessoas com deficiência apresentam normalmente menor mobilidade e agilidade, deficiência auditiva ou visual, além da redução dos reflexos.

O pedido formulado pela Defensoria incluía, ainda, a determinação de que fossem promovidas medidas educativas para o trânsito, mas a Justiça entendeu que estas já estavam sendo realizadas pela Prefeitura. O Ministério Público, no entanto, apelou dessa parte da sentença, por concordar que a Defensoria Pública tem razão ao pedir que sejam ampliadas as ações de educação no trânsito em São Luís. O recurso interposto pelo MP ainda não foi julgado.



Dados apontam que mais de 11 mil pedestres são vítimas de acidentes de trânsito por ano

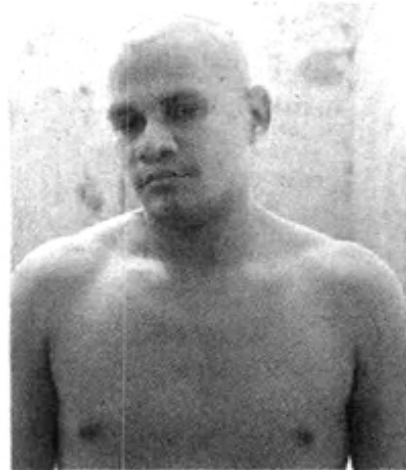
O exterminador?

Acusado de matar motorista da Taguatur, Irismar
Pereira pode ter participação em até 16 assassinatos.
PÁGINA 12



NEIDSON MOREIRA/OIMP/D.A PRESS

Polícia afirma que Irismar Pereira (foto), acusado de ser o mandante do assassinato do motorista Ronielson Pinheiro, também mandou matar mais duas pessoas e investiga a participação dele em outros três homicídios. Sobrinho dele disse que Irismar teria arquitetado pelo menos 16 assassinatos.



PÁGINA 12

Um serial killer?

Polícia investiga cinco assassinatos atribuídos a Irismar Pereira, acusado de mandar matar o motorista Ronielson Pinheiro

SÂNDRA VIANA

A polícia investiga cinco casos de homicídios atribuídos a Irismar Pereira, conhecido por "Jefferson" ou "Uroca". Ele está preso sob acusação de ser o mandante do assassinato do motorista Ronielson Lima Pinheiro, "Roni", 28 anos, morto dia 14 de setembro do ano passado. Irismar foi denunciado pelo sobrinho Wesley Dutra Moraes, 19 anos, preso na última quinta-feira (6), acusado de matar o motorista. Em depoimento na Delegacia de Homicídios, Wesley afirmou que Irismar teria arquitetado pelo menos 16 assassinatos, na capital e municípios. A polícia diz ter provas de duas mortes cujo mandante seria ele: a do motorista Roni e outra em Bacabeira. As mortes do assaltante "Bracinho" e do traficante "Neguinho", ambos na Vila Embratel, também são investigadas pela polícia tendo como envolvido Irismar. A polícia investiga a participação dele em outros três homicídios.

Durou cerca de nove horas o depoimento de Wesley, no qual foi esmiuçada toda a vida criminosa do tio. A polícia já sabe que Irismar é envolvido com tráfico de drogas e acredita ser deste ilícito que ocorre a maior parte das mortes atribuídas ao acusado. Irismar será ouvi-

do normalmente na segunda-feira (17) sobre as informações prestadas pelo sobrinho. O rapaz está detido em uma delegacia cujo endereço não foi informado pela polícia para garantir a segurança. Irismar foi enviado à Penitenciária de Pedrinhas. A investigação é conduzida pelo delegado Paulo Márcio Tavares da Silva, titular da Homicídios. Wesley e Irismar tiveram prisão preventiva decretada pelo juiz Ronaldo Maciel, da 2ª Vara Criminal.

Segundo Wesley, o tio é pistoleiro há muitos anos e tem 'parceria' com um policial militar. No caso do assassinato de "Roni" o motivo seria o envolvimento da vítima com uma ex-companheira de Irismar. O sobrinho acusou o tio e se disse inocente, mas não soube comprovar à polícia não estar envolvido no assassinato do motorista Roni. Para o delegado Paulo Márcio, tio e sobrinho são culpados, um como mandante e o outro como autor. Uma testemunha, que estava com o motorista no dia do crime, reconheceu Wesley. Pelo assassinato foi acordado o valor de R\$ 5 mil, que Wesley garante não ter recebido. Segundo o delegado, as investigações prosseguem, mas o caso está desvendado e o inquérito concluído. O próximo passo será investigar a suposta participação do policial militar no esquema.

SAIBA MAIS

Motorista da Taguatur

O motorista Ronielson Lima Pinheiro foi morto com três tiros, dia 14 de setembro do ano passado, por volta das 22h30, no ponto final da linha que passa pelo Residencial Paraíso. No dia do crime, Ronielson estava acompanhado por uma mulher quando foi abordado por um homem que estaria em um automóvel de cor preta. Ele se aproximou da vítima e realizou três disparos contra a cabeça do motorista, que ainda foi conduzido para um hospital da cidade, mas acabou morrendo.

WESLEY DUTRA MORAES EM UM PRESS



IRISMAR PEREIRA: SOBRINHO DELE, WESLEY DUTRA MORAES, DIZ QUE O TIO É PISTOLEIRO HÁ ANOS E ATRIBUI 16 MORTES A ELE

■ Recesso em Passagem Franca

A Comarca de Passagem Franca (a 520 km de São Luís) terá recessos forenses nos dias 10 e 20 deste mês, em razão de feriados consagrados a São Sebastião, padroeiro do município. O recesso de segunda-feira, 10, é pela abertura dos festejos. Os decretos que oficializam os feriados foram assinados pelo prefeito no dia 3 último. A Comarca de Passagem Franca, de entrância inicial, foi instalada em maio de 1988 e tem Lagoa do Mato como termo judiciário.

Desembargador Lourival Serejo responde pelo plantão do TJMA

O desembargador Lourival Serejo, desde ontem, responde pelo plantão Judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão até o dia 9 de janeiro.

Desde a segunda-feira, 3, o plantonista era o desembargador Guerreiro Júnior, corregedor-geral de Justiça. De acordo com levantamento, Guerreiro Júnior despachou 77 processos. Desde o início do plantão, em 20 de dezembro, o TJMA recebeu 311 pedidos urgentes, dentre habeas corpus, mandados de segurança, agravos, petições, entre outros.

De 20 a 26 de dezembro, a vice-presidente do TJ, desembargadora Cleonice Freire, respondeu pelo plantão e pela presidência do Tribunal e apreciou 141 processos. No

período de 27 de dezembro a 02 de janeiro de 2011, o presidente Jamil Gedeon foi o plantonista e despachou 93 processos, entre eles, 53 habeas corpus.

A escala de plantão no período de recesso foi estabelecida pela Portaria nº. 11/2010. De acordo com a Portaria, ela poderá ser modificada, a critério do plantonista, desde que informada à Diretoria Judiciária com antecedência mínima de 48 horas.

De acordo com o Regimento Interno do TJMA e Resolução 54/2010, estão suspensos os prazos processuais até o dia 20 de janeiro de 2011. Os expedientes devem ser cadastrados normalmente para publicação neste período, sendo que a contagem do prazo iniciará no dia 21 de janeiro de 2011.

DPE garante na Justiça uso obrigatório da faixa de pedestres em São Luís

Em decorrência de ação proposta pela Defensoria Pública do Estado (DPE), o Município de São Luís foi condenado a aplicar medidas coercitivas e fiscalizatórias para a adequada utilização das faixas de pedestres existentes na capital. O juiz Jaime Ferreira de Araújo, da 1ª Vara de Fazenda Pública, julgou procedente, em caráter liminar, o pedido formulado pelo defensor público Ricardo Luís Teixeira de Almeida, em ação que tramita na Justiça desde 2007.

Teixeira justificou a iniciativa,

lembrando que em outras cidades onde as autoridades já adotaram e fazem cumprir a obrigatoriedade do uso da faixa de pedestre, houve uma redução nos índices de morte violenta no trânsito. Segundo o defensor, a população tem enfrentado dificuldades para realizar uma simples travessia nas vias de São Luís, em razão da ausência de fiscalização.

Dados estatísticos do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) apontam que mais de 11 mil pedestres são vítimas de acidentes de trânsito por ano. Os

mais vulneráveis são crianças, idosos e pessoas com deficiência, já que enquanto as crianças têm menor percepção de perigo, idosos e pessoas com deficiência apresentam normalmente menor mobilidade e agilidade, deficiência auditiva ou visual, além da redução dos reflexos.

O pedido formulado pela Defensoria incluía, ainda, a determinação de que fossem promovidas medidas educativas para o trânsito, mas a Justiça entendeu que estas já estavam sendo realizadas pela Prefeitura.

Informações

● A procura pelos serviços do Telejudiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) em 2010 chegou perto de 40 mil consultas, ultrapassando 2009 em mais de 10 mil ligações. A expectativa é que a busca por informações aumente ainda mais este ano, diante das melhorias na estrutura física do setor e do número de solicitações já realizadas nos primeiros dias de 2011.

Obrigado usar faixa de pedestres em São Luís

Em decorrência de ação proposta pela Defensoria Pública do Estado (DPE), o Município de São Luís foi condenado a aplicar medidas coercitivas e fiscalizatórias para a adequada utilização das faixas de pedestres existentes na capital. O juiz Jaime Ferreira de Araújo, da 1ª Vara de Fazenda Pública, julgou procedente, em caráter liminar, o pedido formulado pelo defensor público Ricardo Luís Teixeira de Almeida, em ação que tramita na Justiça desde 2007.

Teixeira justificou a iniciativa, lembrando que em outras cidades onde as autoridades já adotaram e fazem cumprir a obrigatoriedade do uso da faixa de pedestre, houve uma redução nos índices de morte violenta no trânsito. Segundo o defensor, a população tem enfrentado dificuldades para realizar uma simples travessia nas vias de São Luís, em razão da ausência de fiscalização.

Dados estatísticos do De-

partamento Nacional de Trânsito (Denatran) apontam que mais de 11 mil pedestres são vítimas de acidentes de trânsito por ano. Os mais vulneráveis são crianças, idosos e pessoas com deficiência, já que enquanto as crianças têm menor percepção de perigo, idosos e pessoas com deficiência apresentam normalmente menor mobilidade e agilidade, deficiência auditiva ou visual, além da redução dos reflexos.

O pedido formulado pela Defensoria incluía, ainda, a determinação de que fossem promovidas medidas educativas para o trânsito, mas a Justiça entendeu que estas já estavam sendo realizadas pela Prefeitura. O Ministério Público, no entanto, apelou dessa parte da sentença, por concordar que a Defensoria Pública tem razão ao pedir que sejam ampliadas as ações de educação no trânsito em São Luís. O recurso interposto pelo MP ainda não foi julgado.